



## **A CONSOLIDAÇÃO DO DIA DOS PROFESSORES NAS PÁGINAS DO JORNAL A UNIÃO NA PARAÍBA (1964-1979)**

João Batista Barbosa da Silva

Centro Universitário Internacional UNINTER (Segunda Graduação em Pedagogia)

O presente estudo ora apresentado é uma fração de minha dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, em 2016, intitulada de *As representações do dia do professor no jornal A União durante o regime civil militar brasileiro (1964-1985)* e tem como objetivo analisar como as páginas do jornal A União, entre os anos de 1964 a 1979, ou seja, durante início do Regime civil Militar e a abertura política, contribuiu para oficializar/interiorizar o 15 de outubro como dia dedicado aos professores. Para desenvolver a pesquisa, foi feito levantamento de dados no supracitado jornal, além de uma revisão da literatura sobre o tema tratado. As fontes foram analisadas partindo do pressuposto teórico de representação utilizado por Chartier e de novas fontes para a construção da história da educação de Vital, onde podemos perceber a manipulação do jornal a favor das classes dominadoras que detinham o poder no(do) Estado, em suas matérias e reportagens.

Palavras-chave: **Dia dos professores, Jornal A União, Paraíba.**

Comemora-se hoje em todo o território Nacional, o dia consagrado ao Professor, quando todos os estabelecimentos de ensino. Desde o primário ao superior, fecham suas portas, em data feriado, numa saudação aos membros do magistério particular e público.

Como vem acontecendo todos os anos, neste dia, são prestadas aos mestres as mais reverentes e justas homenagens, num compreensivo gesto de reconhecimentos e gratidão aqueles que tem a subida responsabilidade de educar a juventude, não só compartilhando-lhe os ensinamentos indispensáveis, como ajudando-a em sua formação moral e intelectual.

Em nossa Capital, várias homenagens estão programadas para a data de hoje, envolvendo professores e alunos dos mais diversos educandários, em palestras, competições esportivas e outras programações sociais (A UNIÃO, 15 de outubro de 1964).

[...] Consagrando-te o dia 15 de outubro o poder público considerou dever seu reconhecer e proclamar teu esforço e trabalho primário (A UNIÃO, 18 de outubro de 1966).

A exposição diária de fatos que muitas vezes tomamos por insignificantes pode contribuir de maneira decisiva para o entendimento de processos históricos e políticos que, aparentemente, não têm como ser reconstituídos, utilizando uma ótica acadêmica, mesmo considerando a intervenção de pessoas e editores, relacionada com os jornais atuais. Ainda no século XIX e início do século XX, Gilberto Freire (1979) garantia que mais que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil estava nas notícias dos periódicos.

Neste capítulo considera-se o jornal como fonte documental para a História da Educação, utilizando uma abordagem metodológica historiográfica sugerida por Diana Vidal (2003), que afirma que os documentos legais têm o seu mérito, porém, são por vezes insuficientes para a

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



construção historiográfica. Tomaremos como fonte as notícias veiculadas no jornal *A União*, do estado da Paraíba, sobre o posicionamento dos presidentes militares em relação à Educação no país, como de políticos influentes na esfera estadual, alusivas ao dia 15 de outubro. Assim, como afirma Sousa (2002, p. 93), “a análise de tais fontes, de inestimável valor histórico, muito pode contribuir para enriquecer nossos conhecimentos sobre as questões educacionais [...]”.

Para tornar viável este estudo em relação a um embasamento teórico que ofereça sustentabilidade, fez-se necessário o uso do contextualismo, aqui entendido como a necessidade de se entender o contexto nos aspectos sociais, políticos e econômicos para compreender melhor o fato estudado, sem, contudo, recorrer exclusivamente às categorias de ideias ou ideologias, ou então, utilizar-se apenas dos trabalhos de Chartier (2002; 1991).

No entanto, é a utilização do conceito de representação cultural de Chartier que oferece a possibilidade de entender o objeto como um “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184).

Na tentativa de solidificar e dar mais autenticidade ao nosso trabalho, buscamos compreender as representações culturais sociais a partir de Chartier (1991), utilizando a ideia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social (PACHECO, 2005).

Posicionando-se em relação à Educação no século XIX, Pallares-Burke (1998) argumenta:

No que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de ideias (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145-146).

Para a mesma autora, o jornalismo fazia informalmente o que os agentes educativos deveriam se propor a realizar, e durante os anos de 1964 a 1985, um aparelho estatal que conseguisse atingir as massas da população brasileira era quase inexistente. No entanto, é preciso esclarecer que, ao induzirmos nosso local de



fala para o presente da memória, devemos, ao menos, situar quais os sentidos de passado o jornal em questão construiu em sua operação de escrita histórica e em que contexto está sendo lembrado (DIAS, 2012).

De acordo com Isabel Lustosa (2013, p. 15), o jornal, ao incumbir novos hábitos e operar transformações nas vidas dos homens, ainda no século XIX, passou a ser visto como fonte de ilustração e instrução. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador, e o jornal passa a ocupar o lugar que as instituições escolares deveriam ocupar, formando e ditando o gosto e até mesmo o pensamento popular, afirmando uma posição e construindo uma narrativa que pretende expor à população tudo o que está acontecendo pelo suposto discurso jornalístico. Propõe-se, neste estudo, compreender como o jornal *A União* contribuiu com o Regime Civil Militar para consolidar a ideia de comemoração do dia do professor devido a uma educação de qualidade e desenvolvimentista. Partindo de notas, manchetes e reportagens sobre as comemorações do Dia do Professor, buscaremos relacionar o governo civil militar brasileiro com a sociedade por meio do dia 15 de outubro, descortinando dessa forma, a realidade em que os docentes se encontravam no período analisado.

Tenta-se dialogar, partindo da perspectiva de que como porta-voz do governo, o jornal *A União* buscava “santificar” a docência, tornando-a um verdadeiro sacerdócio e uma vocação. Assim, o meio de comunicação oficial não favorecia espaços para que grupos que resistissem aos desmandos do governo ditatorial pudessem ser percebidos. Dessa forma, durante o mês de outubro, as notas engrandecedoras se multiplicavam, como relata Geraldo de Jesus Muniz de Medeiros, presidente do Sindicato dos Professores da Paraíba.

O mestre, esse magnata de humanidades, tem sido sempre o caminho luminoso para o progresso e libertação das nações subdesenvolvidas. A sua sublime missão excede a todas as suas expectativas. O verdadeiro mestre, porém, é [...] árvores cujos frutos dão vida e são deliciosos. Daí o valor sem rival do guia. Orientador e mestre dos nossos jovens, que anseiam cada dia a sabedoria. Com justiça não se pode negar o inestimável trabalho do mestre. O homem que nasce para Deus segundo a concepção cristã, realiza o bem na sua vida, não apenas porque aceitou alguns ensinamentos cristãos, mas por ser uma nova criatura. O mestre tem a preocupação de servir e não ser servido. Sua mente e pensamentos estão voltados para a extirpação dos males sociais e correção dos inúmeros erros provenientes das fraquezas e imperfeições humanas. Só não pode aquilatar o valor do benefício que se fez ao próximo quem nunca o recebeu ou o fez. Sim, porque a verdadeira felicidade não se alcança quando se despreza os seus ideais – ideias do bem – condição “*sine qua non*” absolutamente indispensável para que sussurrem em nossa alma, as suas benfazejas da alegria, do conforto, do bem-estar e da paz. O Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba, fundado em 14 de junho de 1963, é um marco da unificação e progresso para os mestres do nosso estado, onde todos encontram nele a aspiração dos seus ideais. Esse ideal que é a união da classe e também a verdadeira finalidade da Entidade. Oxalá, não tarde o dia [sic] em que não só a Paraíba, como no Brasil [sic] para o advento deste dia glorioso não tarde  
– para que então esta respeitável

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



classe, que tantos benefícios, há proporcionado à humanidade e a pátria [sic][...].  
(JORNAL A UNIÃO, 15 de outubro de 1966).

O discurso do referido presidente apresenta uma particularidade que nos é apresentada por Vicentini (2009) em que as associações e os sindicatos de professores irão surgir no Brasil, ainda na década de 1930, com o objetivo de lutar pela valorização profissional e salarial, melhoria da carreira docente e de espaços de trabalhos. É importante destacar que as iniciativas nesse sentido se deram de forma descentralizada, ou seja, cada estado se organizou de forma própria, motivada pela descentralização de nosso sistema de ensino. Outro aspecto importante apontado pela autora é que essas entidades eram formadas, em sua maioria, por professores particulares.

É importante destacar que no Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas que surgiu a Legislação Trabalhista, “consolidada” em 1943, como *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT) que continha, inclusive, dispositivos regulamentadores para organização sindical. Dessa forma, nosso sindicalismo nasceu/desenvolveu-se baseado no “conhecimento oficial”, tornando-o um órgão de caráter corporativo e burocrático. Graças a CLT, que proibia a sindicalização do funcionalismo público por serem considerados Servidores do Estado. Com esta proibição, cabia aos professores somente se organizarem em associações que eram “regulamentadas pelo direito privado e cuja atuação se dava no âmbito da sociedade civil” (VICENTINI, 2009, p. 99).

Vicentini (2004), em texto intitulado de *Celebração e visibilidade: o dia do professor e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)*, aponta que, durante o período estudado, no Brasil estavam ainda se consolidando os recursos tipográficos facilitadores da leitura diária e nas manchetes, chamadas de primeiras páginas, tendo fotografias para chamar a atenção dos leitores.

É fato que ainda nos anos 50 do século XX, a grande maioria da população brasileira era analfabeta e todas as formas de representações visuais já se faziam de grande importância para esses “novos” meios de comunicação que estavam se consolidando nos embates midiáticos. Podemos entender isso fazendo uso da concepção de que os jornais

Procuravam ganhar voz e visibilidade nos órgãos da grande imprensa, importantes não só para atrair a atenção da opinião pública para os problemas enfrentados pela categoria [os professores], mas também para divulgar a sua atuação em prol dos professores (VICENTINI, 2004, p. 13).



Neste estudo, opta-se pelo jornal *A União* como fonte para tratar do Dia do Professor por acreditar que nos outros grandes jornais em circulação no estado da Paraíba nenhum outro foi tão bem o porta-voz do governo ditatorial (oficial) como o jornal que fora criado para servir ao próprio estado. Outro motivo pela opção foi buscar apresentar as formas de representação do magistério e, mais especificamente, a comemoração do Dia do Professor, na imprensa oficial paraibana, considerando que foi (e é) um importante veículo midiático na produção da imagem do Dia do Professor, tratando-se ainda de uma fonte externa ao campo educacional e de ampla circulação.

Aspecto significativo para entendermos a importância deste estudo está relacionado com o papel da escola em formar “cidadãos” apoiadores/defensores da “revolução”. Para Lira (2010), o Estado se apresenta como representante do interesse geral, mas ao mesmo tempo, oculta interesses divergentes e particulares, bem como seu caráter classista. Na verdade, no Brasil, quem se apresenta como dirigente do Estado é uma minoria, e através da atuação organizada de um conjunto de aparelhos correspondentes, o estado autoritário faz com que sirva mais a interesses particulares do que aos interesses nacionais. Assim, o Estado, em suas contradições configura-se muito mais como defensor de uma pequena elite dominante.

A sociedade civil é o lugar de exercício da função hegemônica, e aí se trava a luta entre as classes dominantes e classes trabalhadoras. A escola, por sua vez se configura como uma instituição estratégica da sociedade, pois tem um papel dominante na difusão da ideologia e na constituição de um senso comum, indispensável para assegurar a coesão do bloco histórico. Entretanto, a escola tem sido um espaço de difusão de contra ideologia a esta coesão e a dominação de classes (LIRA, 2010, p. 14).

Tendo a escola como instrumento de difusão de conhecimento, recaem sobre o processo educacional os alicerces da construção da mudança de consciência. Talvez este seja um dos motivos que contribuiu para que a educação não se tornasse importante nas pautas políticas de nossos governantes, tendo a educação brasileira um dos piores indicadores de qualidade de educação entre os países em desenvolvimento, atualmente. Mas para “mascarar” essa realidade, é de suma importância que exista um porta-voz oficial, um instrumento que fica o elo entre a escola, o Estado e a sociedade: o jornal.

Essa função mediadora do jornal realiza-se com intensidade no período da ditadura militar, veiculando e construindo representações úteis à legitimação do sistema, apontando-se, nesse cenário, as instituições sobre a profissão professor. O jornal *A União* reproduz uma imagem que o próprio Estado militar escolheu para



que se fosse produzida: um professor grato, vocacionado, feliz com as “bondades” que o novo governo está produzindo na sociedade.

Para o governo civil militar, a educação deveria ser usada para ajudar no desenvolvimento (fornecedora de mão de obra qualificada) do país e também como demonstração de que o novo regime político priorizava a educação no sentido de que o país estava no caminho do desenvolvimento. Dalpiaz (2008) revela que a propaganda oficial vinha ao encontro do desejo do novo governo, pretendendo através do ensino criar novos hábitos de consumo e mão de obra de baixo nível de qualificação.

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que o jornal *A União* apenas reproduzia o que era necessário para os detentores do poder, estando ainda sob a tutela dos órgãos de segurança e vigilância do governo, como o Departamento de Propaganda.

Assim, o Dia do Professor passou a ser encarado sob outra perspectiva, de que as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002).

As notícias, reportagens e notas referentes ao último período elucidado, que apresentam alguns posicionamentos dos professores, o que já é possível devido ao cenário de abertura política em que o país se encontrava, abre-se, então, espaço para a construção de novas representações sobre o profissional docente. Ele é aquele que reivindica melhores condições de trabalho e uma posição na sociedade. Podemos perceber posicionamentos mais críticos em relação ao estado que se encontra a educação, através das notícias de greve que assolam o jornal oficial do estado, como também percebemos que o próprio governo começa a reconhecer.

Podemos concluir assim, que reveladoras e relevantes são as descobertas em torno dos diversos significados sobre o Dia do Professor. Ao revelar suas origens e os estudos que foram desenvolvidos em torno da temática, as possibilidades de olhares se ampliam, contribuindo tanto para dar um novo significado ao dia 15 de outubro, como para “resgatar” as diversas formas de comemoração que existiam antes do golpe civil militar de 1964.

É relevante também entender como a máquina construída pelos golpistas de 1964 conseguiu chegar a todos que formavam a sociedade brasileira, chegando inclusive às escolas, através de conjuntos de leis e decretos que passariam a controlar a vida de professores e

estudantes, submetendo todos ao temor de ser considerado subversivo.

As vinculações com o contexto econômico, político e social explicam as incoerências entre os objetivos educacionais proclamados, além do encaminhamento das propostas de efetivação das medidas legais, tal como alerta Xavier (1980), que observa que tais incoerências foram resultados das relações entre as condições objetivas e a efetivação. Geralmente, as medidas no Brasil ficam somente no “papel”, sendo que a legislação educacional interessantes projetos não foi colocada em práticas, ora por motivos econômicos, ora por motivos políticos, ora por motivos sociais. As manobras das classes dominantes, presentes deste a organização do Estado brasileiro, que tentavam impor e ao mesmo tempo dissimular sua dominação nunca permitiram que as legislações aprovadas alcançassem quem realmente precisava.

Durante o período mais duro em que os militares ocuparam o poder no Brasil, ou seja, de 1964 a 1979, o dia 15 de outubro foi transformado numa data simbólica, caracterizada pela oficialização das comemorações. Neste sentido, o jornal *A União* se caracterizou como o principal porta-voz das ações alusivas a tais comemorações. A pressão por qual passaram os professores desse período ficou marcada em suas memórias e na construção da própria identidade como professores e professoras. Para uns, a perseguição e a luta contra o regime contribuiu para unir, como uma nova forma de enxergar o mundo e o país, e para outros, o regime serviu de progressão salarial, cada qual de acordo com os interesses em jogo.

Neste sentido, as falas que não são demonstradas nas páginas do jornal *A União* demonstram que os professores na sua grande maioria, não ficaram omissos na luta contra o regime Civil Militar implantado em 1964. Ao seu modo, cada qual lutou para defender suas ideias e suas propostas.

O dia 15 de outubro pode assim ser entendido de duas formas: uma oficial, organizada pelos diretores escolares e uma segunda, marcada pela luta por melhorias, pela defesa de ideais e de posturas não oficiais contra o regime militar não contidas nas páginas d’*A União*.



## Referências

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. 2. ed. Trad. de Maria Manuela Gadalho. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Revista das Revistas**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DALPIAZ, Altemir Luiz. **A construção da identidade cultural do professor durante o regime militar no Brasil – 1964 a 1985**. 2008. 133p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

DIAS, André Bonsanto. Comunicação Alternativa como Espaço de Novos Lugares de Memória: um estudo do caso Ditabranda. **Revista Alterjor**, USP, ano 01, v. 02, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Mídia, poder e discurso: escândalos de poder e os embates entre Record e Folha durante o caso da “ditabranda”. In: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendryó (Org.). **Mídia e política: caminhos cruzados**. Curitiba: UFPR-SCHLA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo**, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 2012. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. 367 p (tese de doutorado).

JORNAL A UNIÃO (15 de outubro de 1966).

JORNAL A UNIÃO (18 de outubro de 1966).

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PACHECO, Alexandre. **As implicações do conceito de representação em Roger: Chartier com as noções de *hatitus* e de *campo* em Pierre Bourdieu**. 2005. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. Caderno de Pesquisa, Cortez, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

SOUSA, Cynthia Pereira de. A educação pelas leituras: registros de uma revista escolar (1930/ 1960).





In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

VICENTINI, Paula Perin. A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STHEFANO, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 336-346.

\_\_\_\_\_. Celebração e visibilidade: O Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 8, p. 09-41, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Celebridade e anonimato: uma análise dos dispositivos de construção da imagem sócio-profissional do magistério. **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)**. 2002. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)**. 1997. Dissertação (Mestrado) -FEUSP, São Paulo, 1997.

VICENTINI, P. P. ; LUGLI, R. Silvana Genta. A neutralidade impossível: o Centro do Professorado Paulista (CPP) e a representação eleitoral do magistério. **Revista da Faculdade de Educação da Bahia**, Bahia: FAMETTIG, v. 1, n. 4, p. 923, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 234 p.

VICENTINI, Paula Perin; RODRIGUES, Carla Marisa. **Memórias de sala de aula: uma análise de autobiografias de professores**. Lisboa: Educa, 2004. (Cadernos Prestige).

VICENTINI, P. P. ; CATANI, Denice Barbara . A vida escolar e o ensino: tradições, práticas, saberes e valores. In: Paula Perin Vicentini; Denice Barbara Catani. (Org.). **A vida escolar e o ensino entre tradições, práticas, saberes e valores: reflexões de professores de São Bernardo do Campo sobre a sala de aula**. São Paulo: São Paulo, 2012, v. , p. 1521.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, L. M. . História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n.45, p. 3770, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação e Pesquisa. **Revista da FEUSP**. 2003.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. In: **Revista Brasileira de Educação**. Vol 19, Nº 59, p. 827-849. Out/dez 2014.



**COPRECIS**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
PRÁTICAS EDUCATIVAS